

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: Mata Atlântica

Data: 05/01/94 Pg.: A16 19

AMBIENTE

Invasores desmatam Parque do Jacupiranga

Ocupação de área no sul do Estado aumentou em 1993; já há 2.500 hectares destruídos

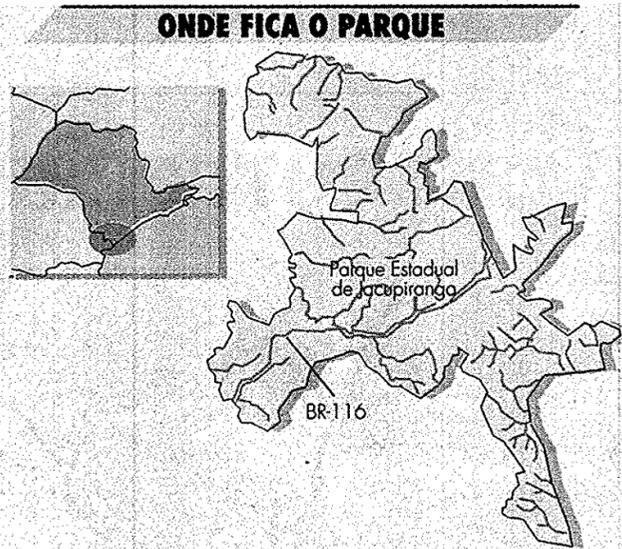
LIANA JOHN

JACUPIRANGA — O maior parque de São Paulo está sendo devastado, a partir da BR-116, por posseiros e sem-terra oriundos de São Paulo e de Curitiba. Localizado na divisa com o Paraná, o Parque Estadual do Jacupiranga tem 150 mil hectares, que se estendem desde Cananéia, no Litoral Sul, até a Serra de Paranapiacaba, incluindo a Caverna do Diabo, uma das mais antigas atrações do Vale do Ribeira.

A BR-116 corta a porção sul do parque e sempre foi de acesso fácil para os grileiros que, ilegalmente, vendem sítios dentro do parque. Nos últimos doze meses a ocupação intensificou-se com a instalação de famílias vindas da cidade iludidas pelo sonho de viver de roças com 3 a 5 hectares.

Criado em 1969, o Jacupiranga nunca foi realmente instituído. Não há nem placas no local. A maioria dos posseiros não sabe que comprou terra dentro do parque. Cada invasor desmata uma pequena área, mas, no conjunto, já

são mais de 500 famílias, com pelo menos 2.500 hectares de mata destruídos. O desmatamento é seguido de queimada e do plantio de milho e mandioca. A sobrevivência é garanti-



da, ainda, com a venda de banana e de palmito in natura.

O Instituto Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente responsável

pela administração dos parques, alega falta de pessoal para efetivar o Jacupiranga. Até 1990, havia ali apenas um engenheiro e um guarda. Nesse governo, foram alocados mais quatro técnicos. "Fizemos um primeiro cadas-

tramento dos invasores e levantamos a situação fundiária, que é complicada", conta Joaquim de Britto Costa Neto, diretor de parques do IF. "Mas para implantar o parque preci-

samos de mais 40 funcionários, já autorizados pelo governador", explica. As contratações dependem de aprovação da Secretaria da Fazenda.

"O problema de Jacupiranga não é só de pessoal", critica João Paulo Capobianco, da Fundação SOS Mata Atlântica. Segundo ele, a SMA criou uma comissão mista para fazer um diagnóstico e discutir a implantação do parque. "Em março de 1993 entregamos a nossa parte — um levantamento com base em imagens de satélite e compilação de dados existentes —, mas a comissão foi esvaziada", diz Capobianco. A ação governamental agora depende da implantação de um Plano de Ação Emergencial, elaborado pelo IF, do qual os ambientalistas reclamam não ter participado.

ESTRADA TORNA ACESSO MAIS FÁCIL



Desmatamento é seguido de queimada para o plantio de roças de milho e mandioca: destruição

IF tem plano de emergência

Os planos do Instituto Florestal para o Parque do Jacupiranga passam pela regularização fundiária e pela discussão do destino das comunidades tradicionais, localizadas dentro do parque. Conforme o diretor de parques do Instituto Florestal (IF), Joaquim de Britto Costa Neto, "é trabalho para

dez anos, no mínimo". Os ambientalistas discordam. De acordo com João Paulo Capobianco, da Fundação SOS Mata Atlântica, o Estado poderia garantir a implantação da porção do parque sobre terras devolutas, que coincide com a área mais preservada, e aí passar para a desapropriação e regularização fundiária.

PROJETO VISA GARANTIR GUARDAS NA REGIÃO

com problemas fundiários e de falta de guardas. Em 1970, os parques paulistas somavam 350 mil hectares e o IF contava com 2.623 funcionários para administrá-los. Hoje, são 840 mil hectares e 1.471 funcionários, sendo que o Estado tem controle efetivo apenas sobre 19% das áreas de conservação.

Os recursos que faltam à fiscalização e implantação dos parques, segundo o plano, "às vezes são gastos em ações precariamente defendidas pelo Estado, que muitas vezes resultam em indenizações desproporcionais, irregulares e até ilegais". Com o dinheiro já concedido pelo banco alemão KfW (5 milhões de marcos) e um empréstimo esperado de US\$ 4 milhões do Banco Mundial, o IF pretende chegar a 3.232 funcionários e colocar em prática a primeira fase do plano. (L.J.)

Os problemas com os invasores poderiam ser solucionados com uma ação policial. Uma vez retirados os posseiros, a Caverna do Diabo seria fácil de administrar, graças a uma tradição rara em outros parques brasileiros: é uma das poucas atrações turísticas públicas com entrada paga (CR\$ 300). O Instituto Florestal quer de volta a administração, para melhorar a infra-estrutura e integrar a área no plano de manejo do parque. A idéia é incluir a Caverna do Diabo e o Jacupiranga no circuito de turismo ecológico. (L.J.)

Posseiros vivem perto da Caverna do Diabo

Dentro do Parque Estadual do Jacupiranga, a área da Caverna do Diabo merece ajustes especiais. O turismo ali, surpreendentemente, é administrado pela Estrada de Ferro Campos do Jordão, cidade localizada a mais de 400 quilômetros de distância. Como não têm autoridade de fiscalizar, os funcionários toleram a venda de palmito aos turistas e a presença de posseiros, cujos "sítios" vêm se multiplicando mata adentro.

Os problemas com os invasores poderiam ser solucionados com uma ação policial. Uma vez retirados os posseiros, a Caverna do Diabo seria fácil de administrar, graças a uma tradição rara em outros parques brasileiros: é uma das poucas atrações turísticas públicas com entrada paga (CR\$ 300). O Instituto Florestal quer de volta a administração, para melhorar a infra-estrutura e integrar a área no plano de manejo do parque. A idéia é incluir a Caverna do Diabo e o Jacupiranga no circuito de turismo ecológico. (L.J.)